

**- LIII -****ENSINO DOMÉSTICO, PRIVATIZAÇÃO E  
DESFINANCIAMENTO: DESCAMINHOS DA  
ESCOLARIZAÇÃO**

**Lucilia Augusta Lino, UERJ**  
[lucialinop@yahoo.com.br](mailto:lucialinop@yahoo.com.br)

**Maria da Conceição Calmon Arruda**  
FIOCRUZ/FFP-UERJ  
[conceicaoarruda2010@hotmail.com](mailto:conceicaoarruda2010@hotmail.com)

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho se propõe a discutir, a articulação dos processos de desfinanciamento, privatização da gestão e retirada de direitos sociais com a proposta de ensino domiciliar, que têm em comum a redução das possibilidades de escolarização das massas. Os retrocessos no campo político, social e educacional, em curso, estão associados ao ajuste fiscal determinado pela Emenda Constitucional nº 95/2016, reduzindo os investimentos na área social e aumentando a vulnerabilidade da população mais empobrecida. O atual governo tem sinalizado um baixo compromisso com a promoção da educação pública e a ampliação da escolarização, defendendo o controle ideológico das instituições educacionais e seus profissionais, a redução de investimentos, a privatização e propostas de flexibilização da obrigatoriedade escolar.

Se constitucionalmente temos assegurado o direito a educação, com igualdade de condições no acesso e permanência na escola, e este um dever do Estado e da família, sob pena de responsabilização, sua efetivação depende da gestão política. Nos últimos 30 anos diferentes projetos políticos disputaram a hegemonia da educação pública, como por exemplo os projetos de LDB e do PNE 2000 discutidos no Congresso Nacional na década de 1990 (BRZEZINSKI, 2018). A partir de 2003, vimos a proposição de políticas inclusivas que ampliaram os direitos sociais e escolarização obrigatória (EC 59/2009). A expansão do sistema público de ensino possibilitou que a população mais pobre, e historicamente excluída

da escolarização, dobrasse sua taxa de escolaridade média (IPEA, 2018), principalmente pela associação com políticas sociais de redução da miséria.

A partir de 2016, com a ruptura política efetuada com o impeachment, e agora com a assunção do governo eleito em 2018, vemos o recrudescimento de uma concepção autoritária e conservadora, que representa não só a dificuldade das elites em reconhecer como legítimos os pleitos oriundos das camadas populares, mas também de setores amplos da sociedade em reconhecer a diversidade cultural e a pluralidade de concepções vigentes no país, como os direitos sociais mais básicos. Nesse contexto, vemos crescer a rejeição à escola como espaço de formação humana e construção da cidadania.

### **DESESCOLARIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO: REDUZINDO CUSTOS**

O projeto político neoliberal, parcialmente reduzido no período de 2013-2015, foi fortalecido com a EC 95/2016, que mais do que estabelecer um novo regime fiscal identifica direitos sociais (saúde, educação, previdência social) como despesas a serem reconfigurados para menos nas décadas seguintes, retirando da agenda pública o compromisso com a redução da pobreza ou resgate da dívida social com a população historicamente excluída da cidadania. Essa política excludente ampliou ainda mais as desigualdades sociais e a concentração de renda que se acentuou nos últimos dois anos (MAIA, GEORGES, 2017),

Nos últimos três anos, o acelerado retrocesso nas políticas públicas impactou a educação e a imposição de contrarreformas da educação básica apontam para a redução do direito à educação. Estudos mostram que dentre os diversos fatores que influenciam trajetórias escolares mais longas, estão a associação de políticas sociais a políticas educacionais, possibilitando uma mobilidade social ascendente, ainda que de curto espectro (PASTORE; SILVA, 2000). É evidente a mudança na concepção da escola pública como construtora de uma socialização para a cidadania republicana. Se antes o financiamento, e sua ampliação, determinava o interesse no quantum de educação que o Estado deveria ofertar para o conjunto da população e do dispêndio público para este fim, agora a lógica fiscal impõe um desfinanciamento progressivo que afeta a escolarização. A atual agenda política não demonstra compromisso com o desenvolvimento de um projeto nacional ou com a garantia do direito à educação, a exemplo dos demais direitos sociais sistematicamente reduzidos.

Se nos guiarmos pelas propostas de campanha e pelo discurso das autoridades, no governo atual a escola pública terá alterado seu papel de reprodutor da cidadania republicana

antenada com as demandas do mercado, para ser formadora de consciências religiosas e morais e refém das famílias. A agenda governamental propõe para a escola pública um extremado controle ideológico para expurgar os ‘desvios’ esquerdizantes que equivocadamente lhe atribui. Os recursos serão dispendidos nesse sentido, e não no da elevação da qualidade ou da ampliação das matrículas, consolidando seu desmonte via desfinanciamento e descrédito de seu papel, apontando para a anulação de sua obrigatoriedade. A ruptura com o padrão de financiamento da educação determinado pela Constituição de 1988 (EC 95/2016), o esvaziamento, redução e padronização extrema do currículo (BNCC), e a (de)limitação da trajetória escolar (Novo Ensino Médio) são ações que se complementam.

O desmonte educacional é reforçado na gestão atual, mas com um outro olhar: o questionamento da necessidade de escolarização, defendendo a adoção da educação domiciliar, rompendo inclusive com o padrão de escola voltada para o mercado. O reconhecimento da importância da escola na difusão de valores necessários à democracia liberal, requer que o Estado promova um patamar mínimo de escolarização compulsória. O atual Governo, entretanto, desdenha desse papel, e da própria necessidade de escolarização, e se insere no movimento, também neoliberal, de transferir para as famílias a responsabilidade pelo custeio e planejamento da trajetória educacional dos filhos, mas não apenas buscando no mercado educacional a escola que melhor lhe aprouver, mas inclusive e, talvez, principalmente, educando-os fora da escola, no âmbito domiciliar. A proposição de adotar algum um tipo de *voucher* educação a ser distribuído à população, desresponsabiliza o Estado e induz a privatização.

Nesse padrão de maior controle sobre os profissionais da educação, sobre a gestão escolar e sobre os currículos, cabe expurgar seu conteúdo crítico e a tematização das múltiplas diversidades, assim como a pluralidade de concepções, favorecendo o fundamentalismo religioso que se hegemoniza. A proposta de educação domiciliar traz como pressuposto a autonomia educacional da família e sua prioridade na escolha da educação do filho, mas em confronto com a legislação que determina a obrigatoriedade da frequência à escola, como direito da criança e dever do Estado e da família. Nesse modelo os pais assumem por completo o controle do processo global de educação dos filhos, em claro desrespeito à legislação. Cabe destacar que as propostas que apontam para a desescolarização pela via da privatização – inclusive com o ensino domiciliar – trazem redução de custos exigidos pela desfinanciamento proposto pela EC 95/2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusões, ainda provisórias, vemos que se fortalece no país um processo de redução das oportunidades de escolarização, em decorrência do desmonte da educação pública, marcado pelo forte controle da gestão e do currículo e pela redução de investimentos, corroborado pela adesão ao projeto de educação domiciliar. O projeto do atual Governo permanece submisso aos interesses do grande capital nacional e internacional que destina o país a um papel subalterno na divisão internacional do trabalho, mas agrega concepções conservadoras e fundamentalistas, que acentuam o retrocesso educacional, criminalizando a escola e seus profissionais, negando e perseguindo diversidade e a pluralidade de concepções, constitucionalmente asseguradas.

No projeto neoliberal e conservador, tanto a educação como os outros direitos sociais, não seriam mais atribuições do Estado, mas remetidos à esfera da responsabilidade individual, da autonomia do sujeito e da liberdade de escolha. Assim, no processo de esvaziamento dos direitos sociais e de resignificação dos direitos civis no que tange a liberdade individual, temos a redução da cidadania. A escolarização, ou a ausência dela tem um papel importante nessa conformação.

## REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, I. (org.) *LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa*. São Paulo, Cortez, 2018.

IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Tabelas. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/index.html>. Acesso em: 14 dez. 2018.

LINO, L. A.; ARRUDA, M. C, C. Políticas públicas de educação: retrocessos em tempo de crise. *VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação/ IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação*. Lleida, Espanha, junho 2017.

MAIA, K.; GEORGES; R. (Org.) *A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo, Oxfam Brasil, 2017.

PASTORE, J.; SILVA, N.V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, Macron Books, 2000.